



BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("BV") relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A BV, focada nas modalidades de financiamento de veículos, empréstimos e financiamentos, está bem posicionada para capturar oportunidades de mercado, por meio de uma extensa rede de distribuição própria e terceirizada em todo o território nacional e de sua parceria estratégica com o acionista Banco do Brasil (BB), atuando como sua extensão para realização de financiamentos de veículos fora do ambiente de agências.

Nos últimos anos, a BV tem aprimorado continuamente as políticas, processos e modelos de crédito do Varejo, especialmente do negócio de financiamento de Veículos usados (revendas multimarcas) - segmento no qual possui histórico de liderança e reconhecida competência. O volume de originação de financiamentos de veículos cresceu 8,2% em relação a 2017, e somou R\$ 17,0 bilhões em 2018, sendo 89% referente a veículos leves usados. A carteira classificada do Varejo encerrou Dezembro 18 totalizando R\$ 38,6 bilhões, ante R\$ 36,0 bilhões em Dezembro 17.

Aproveitando a base de clientes de Veículos, a BV busca alavancar as fontes de receitas de cartões de crédito, cuja carteira - composta por faturamento à vista, parcelado e crédito rotativo - cresceu 20,4% em relação a dezembro de 2017, e encerrou 2018 em R\$ 2,3 bilhões, com mais de 900 mil cartões ativos. Aos usuários do

cartão BV foram propostas evoluções significativas no aplicativo "Meu Cartão BV", e atualmente 70% dos clientes já utilizam o canal.

Além disso, a BV também avançou na estratégia de produtos de empréstimos e financiamentos, com crescimento nos últimos 12 meses nas carteiras de crédito pessoal (+69,5%), crédito com garantia imobiliária (+22,3%), e consignado privado (+6,6%).

No início de 2018, a BV avançou no seu reposicionamento junto ao mercado com o lançamento de nova logomarca, mais moderna e com o slogan "crédito para quem acredita". Essa mudança reflete a consolidação do posicionamento do Varejo, que vem trabalhando na ampliação da oferta de soluções de crédito e dos canais de distribuição para se aproximar ainda mais dos parceiros e clientes.

Durante o ano, a BV lançou novas plataformas de relacionamento. Para os clientes, evoluiu a experiência nas lojas físicas com um novo design, e também disponibilizou um novo site onde é possível consultar todos os produtos contratados, gerar 2ª via de boleto, consultar extrato, e simular antecipações. O site recebe em média mais de 2 milhões de visitas por mês, com 55% dos clientes atendidos de forma digital e autônoma, gerando redução de custos de atendimentos, incrementando a eficiência operacional, bem como melhorando a experiência do cliente. Além disso, foi desenvolvido um novo aplicativo para facilitar a formalização de propostas de financiamento de veículos, que já está integrado às plataformas da fatura comercial e disponível para 100% das, aproximadamente, 18 mil revendas multimarcas que a BV mantém relacionamento.

Como resultado desse investimento, houve redução de 35% no tempo médio de cadastro de uma proposta pelos lojistas. Na frente de diversificação de receitas, durante o segundo semestre de 2018 a BV consolidou parcerias comerciais estratégicas importantes, como PRAVALER, Kroton, Portal Solar, GuiaBolso entre outras. Combinadas, essas parcerias representaram carteira de R\$ 23 bilhões ao final de dezembro de 2018 - montante originado totalmente nos últimos 12 meses, e que será ampliado em 2019. Para fortalecer essa estratégia, foram formalizadas duas novas parcerias no final de 2018. Em setembro a BV assinou acordo exclusivo para oferecer soluções de crédito aos clientes da Yalo, parceira do Dr. Consulta e primeira plataforma de benefícios em procedimentos de saúde e serviços de bem-estar do mercado brasileiro. Em dezembro, a BV começou a operar no segmento de turismo, financiando clientes da CVC na compra de pacotes de viagens. A BV registrou lucro líquido de R\$ 635,1 milhões em 2018, ante R\$ 550,0 milhões em 2017. Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, a BV declara que não possui saldo de títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

A administração da BV agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017		Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		20.365.959	19.361.288	PASSIVO CIRCULANTE		22.208.310	25.513.004
Disponibilidades	4	12.514	3.004	Depósitos	12a	15.735.931	15.096.034
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		8.522	544.150	Depósitos interfinanceiros	12c	–	855.132
Carteira própria	5a	1.275	397.419	Captações no Mercado Aberto		–	–
Vinculados à prestação de garantias	5a	4.674	16.887	Carteira própria		–	–
Instrumentos financeiros derivativos	5d	2.573	129.844	Relações Interfinanceiras		1.377.426	1.149.554
Operações de Crédito	6a	17.442.657	16.199.097	Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.377.426	1.149.554
Setor privado		15.834.204	12.943.519	Instrumentos Financeiros Derivativos	5d	11.123	–
Operações de crédito vinculadas à cessão		3.062.060	4.800.985	Outras Obrigações		5.083.830	8.412.284
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(1.453.607)	(1.545.407)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15.063	15.579
Outros Créditos		2.817.357	2.529.498	Sociais e estatutárias		94.480	597.678
Rendas a receber		84	88	Fiscais e previdenciárias	13a	230.327	367.306
Diversos	7	2.828.566	2.539.433	Negociação e intermediação de valores		4.735	8.245
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	6a	(11.293)	(10.023)	Diversas	13b	4.739.225	7.423.476
Outros Valores e Bens	8	84.909	85.539	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.781.284	14.159.081
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		83.268	89.179	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		18.780.712	14.158.983
(Provisão para desvalorizações)		(15.670)	(19.839)	Depósitos	12a	15.924.956	9.586.531
Despesas antecipadas		17.311	16.199	Depósitos interfinanceiros		15.924.956	9.586.531
ATIVO NÃO CIRCULANTE		21.328.403	20.918.992	Instrumentos Financeiros Derivativos	5d	71.774	–
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		21.228.871	20.829.909	Outras Obrigações		2.783.982	4.572.452
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.330.051	1.219.595	Fiscais e previdenciárias	13a	2.063	1.569
Carteira própria	5a	1.057.290	20.490	Negociação e intermediação de valores		1.882	5.115
Vinculados a compromissos de recompra	5a	–	873.814	Diversas	13b	2.780.037	4.565.768
Vinculados à prestação de garantias	5a	272.073	325.291	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		572	98
Instrumentos financeiros derivativos	5d	688	–	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		704.768	608.195
Operações de Crédito	6a	17.333.920	16.421.004	Capital	16a	500.403	500.403
Setor privado		16.089.961	13.567.520	De domiciliados no País		500.403	500.403
Operações de crédito vinculadas à cessão		2.147.774	3.513.905	Reservas de Lucros		161.460	81.001
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(903.815)	(660.421)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	16d	42.905	26.791
Outros Créditos		2.564.900	3.126.983				
Diversos	7	2.576.421	3.137.209				
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	6a	(11.521)	(10.226)				
Outros Valores e Bens	8	–	62.327				
Despesas antecipadas		–	62.327				
PERMANENTE		99.532	89.083				
Investimentos	9	20.084	41.331				
Outros investimentos		54.274	51.663				
(Imparidade acumulada)		(34.190)	(10.332)				
Imobilizado de Uso	10	34.719	35.105				
Outras imobilizações de uso		122.496	127.859				
(Depreciação acumulada)		(87.777)	(92.754)				
Intangível	11a	44.729	12.647				
Ativos intangíveis		117.829	65.854				
(Amortização acumulada)		(71.914)	(52.021)				
(Imparidade acumulada)		(1.186)	(1.186)				
TOTAL DO ATIVO		41.694.362	40.280.280	TOTAL DO PASSIVO		41.694.362	40.280.280

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

EVENTOS	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Ajustes de		Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	avaliação patrimonial				
Saldos em 31.12.2016		1.400.546	53.503	193.308	–	9.554	–	1.656.911	
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	16d	–	–	–	–	17.237	–	17.237	–
Reversão de dividendos propostos exercício anterior		–	–	24.964	–	–	–	24.964	–
Reversão de reserva especiais de lucros		–	–	(118.415)	–	–	–	(118.415)	–
Aumento de Capital	16a	99.857	–	(99.857)	–	–	–	–	–
Redução de Capital	16a	–	–	–	–	–	–	(1.000.000)	–
Lucro Líquido do período		–	–	–	–	–	–	549.979	549.979
Destinações:									
Reserva legal	16c	–	27.498	–	–	(27.498)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	16c	–	–	–	–	(130.621)	(130.621)	–	–
Dividendos adicionais	16c	–	–	–	–	(391.860)	(391.860)	–	–
Saldos em 31.12.2017		500.403	81.001	81.001	–	26.791	–	608.195	
Mutações do Período		(900.143)	27.498	(193.308)	–	17.237	–	(1.048.716)	
Saldos em 30.06.2018		500.403	96.626	–	–	10.761	296.849	904.639	
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	16d	–	–	–	–	32.144	–	32.144	–
Lucro Líquido do período		–	–	–	–	–	–	322.704	322.704
Destinações:									
Reserva legal	16c	–	3.453	–	–	(3.453)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	16c	–	–	–	–	(92.525)	(92.525)	–	–
Dividendos adicionais	16c	–	–	–	–	(400.694)	(400.694)	–	–
Juros sobre Capital Próprio mínimo obrigatório	16c	–	–	–	–	(61.500)	(61.500)	–	–
Reserva estatutária para expansão	16c	–	–	61.381	–	(61.381)	–	–	–
Saldos em 31.12.2018		500.403	100.079	61.381	–	42.905	–	704.768	
Mutações do Período		–	3.453	61.381	–	32.144	(296.849)	(199.871)	
Saldos em 31.12.2017		500.403	81.001	–	–	26.791	–	608.195	
Efeito dos ajustes da aplicação inicial do novo critério contábil do reconhecimento de variação de cotas de FIPs, líquido de impostos	16e	–	–	–	–	(52)	52	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	16d	–	–	–	–	16.166	–	16.166	–
Lucro Líquido do período		–	–	–	–	–	–	635.126	635.126
Destinações:									
Reserva legal	16c	–	19.078	–	–	(19.078)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	16c	–	–	–	–	(92.525)	(92.525)	–	–
Dividendos adicionais	16c	–	–	–	–	(400.694)	(400.694)	–	–
Juros sobre Capital Próprio mínimo obrigatório	16c	–	–	–	–	(61.500)	(61.500)	–	–
Reserva estatutária para expansão	16c	–	–	61.381	–	(61.381)	–	–	–
Saldos em 31.12.2018		500.403	100.079	61.381	–	42.905	–	704.768	
Mutações do Período		–	19.078	61.381	–	16.114	–	96.573	

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas		3.193.927	6.379.952	6.863.211
Receitas de intermediação financeira		3.958.603	7.933.246	8.394.272
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	14a/14b	514.291	1.003.261	950.966
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(895.965)	(1.799.130)	(1.658.874)
Outras receitas/despesas	14e/14f/15	(383.002)	(757.425)	(823.155)
Despesas da Intermediação Financeira (1)		(1.457.436)	(2.912.854)	(3.890.610)
Insomus Adquiridos de Terceiros		(527.257)	(953.182)	(831.148)
Materiais, água, energia e gás	14d	(4.035)	(6.710)	(5.543)
Serviços de terceiros	14d	(7.047)	(13.530)	(12.152)
Comunicações	14d	(29.281)	(60.991)	(65.990)
Processamento de dados	14d	(108.929)	(170.511)	(120.414)
Transportes	14d	(6.733)	(13.310)	(13.279)
Serviços de vigilância e segurança	14d	(440)	(787)	(608)
Serviços técnicos especializados	14d	(205.234)	(375.918)	(328.203)
Serviços do sistema financeiro	14d	(41.367)	(83.788)	(79.388)
Propaganda e publicidade	14d	(25.457)	(42.959)	(19.498)
Emolumentos judiciais e cartorários	14d	(41.513)	(77.554)	(86.648)
Outras	14d	(57.221)	(107.124)	(99.424)
Valor Adicionado Bruto		1.209.234	2.513.916	2.141.453
Despesas de amortização/depreciação	14d	(16.978)	(31.824)	(22.375)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		1.192.256	2.482.092	2.119.078
Valor Adicionado a Distribuir		1.192.256	2.482.092	2.119.078
Valor Adicionado Distribuído		356.698	764.261	672.906
Pessoal		240.445	538.616	464.120
Salários, honorários e demandas trabalhistas		54.220	99.783	88.563
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		47.708	95.108	92.817
Benefícios e treinamentos	14c	42.50		



BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra Companhia, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e

Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma Companhia, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

Outros valores e bens
Bens não de uso próprio
 Os Bens não de uso próprio são (i) adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas; e (ii) imóveis construídos por sociedades investidas e destinados para a venda.
 O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:
 • Bens com valor financeiro superior a R\$ 50.100,00 são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada ao Conglomerado;
 • Bens com valor financeiro entre R\$ 50.100,00 e R\$ 25.550,00 são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
 • Bens com valor financeiro inferior a R\$ 25.550,00 são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.
 Quando aplicável, é efetuada a constituição de provisão por desvalorização ao valor recuperável.

Despesas antecipadas
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.
 A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à origemação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registradas no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da origemação. A partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela registrada no ativo foi reduzida para um terço da remuneração das operações originadas em 2016. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa.
 Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

Ativo permanente
Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.
Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10). O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.
Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* (Nota Explicativa nº 11). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 14c). O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade
 A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.
 Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Intangível - Softwares: substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Companhia, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.
 As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

Benefícios a empregados
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a Companhia reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.
 A Companhia possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a, no máximo, quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 19.

Depósitos e captações no mercado aberto
 Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Tributos
 Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Aliquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.
 Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% foram reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota, de forma que os respectivos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 já refletem a alíquota de 15% aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/2015.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 20).
 Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, em ação relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.
 Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
 As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Outros ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	12.514	3.004
Disponibilidades em moeda nacional	11.068	1.894
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.446	1.110
Total	12.514	3.004

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de Mercado	Total	Marcação	Valor de Mercado	Total	Marcação
Vencimento em Dias	Sem	Acima	de 360	Sem	Acima	de 360
Vencimento em Dias	31 a 180	de 360	de custo	31 a 180	de 360	de custo
Títulos Disponíveis para Venda	1.275	4.674	1.329.363	1.263.799	1.335.312	71.513
1.275	4.674	1.329.363	1.263.799	1.335.312	71.513	1.628.458
Títulos Públicos	1.275	4.674	1.329.363	1.263.799	1.335.312	71.513
Letras Financeiras do Tesouro	–	4.674	9.454	14.127	14.128	1
Letras do Tesouro Nacional	–	–	309.515	295.036	309.515	14.479
Notas do Tesouro Nacional	–	–	1.009.151	951.427	1.009.151	57.724
Títulos Privados	1.275	–	1.243	3.209	2.518	(691)
Ações	–	–	–	–	–	–
Cotas de Fundos de Investimentos	1.275	–	1.243	3.209	2.518	(691)
Total	1.275	4.674	1.329.363	1.263.799	1.335.312	71.513

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de Mercado	Total	Marcação	Valor de Mercado	Total	Marcação
Vencimento em Dias	Sem	Acima	de 360	Sem	Acima	de 360
Vencimento em Dias	31 a 180	de 360	de custo	31 a 180	de 360	de custo
Por Carteira	1.275	4.674	1.329.363	1.263.799	1.335.312	71.513
Carteira própria	1.275	–	1.057.290	999.338	1.058.565	59.227
Vinculados a compromisso de recompra	–	–	–	–	–	–
Vinculados à prestação de garantias	–	–	–	–	–	–
Total	1.275	4.674	1.329.363	1.263.799	1.335.312	71.513

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de Mercado	Total	Marcação	Valor de Mercado	Total	Marcação
Vencimento em Anos	Sem	A vencer entre	A vencer entre	Sem	A vencer entre	A vencer entre
Vencimento em Anos	até um ano	1 e 5 anos	5 e 10 anos	até um ano	1 e 5 anos	5 e 10 anos
Por Categoria	1.275	4.674	1.104.749	223.370	1.244	1.263.799
Títulos disponíveis para venda	1.275	4.674	1.104.749	223.370	1.244	1.263.799
Total	1.275	4.674	1.104.749	223.370	1.244	1.263.799

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Contábil	Valor Contábil	Total	Valor Contábil	Valor Contábil	Total
Carteira própria	1.275	1.057.290	1.058.565	999.338	1.058.565	20.490
Vinculados a compromisso de recompra	–	–	–	–	–	873.814
Vinculados à prestação de garantias	–	–	–	–	–	873.814
Total	1.275	1.057.290	1.058.565	999.338	1.058.565	1.738.118

a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Contábil	Valor Contábil	Total	Valor Contábil	Valor Contábil	Total
Títulos disponíveis para venda	1.275	4.674	1.104.749	223.370	1.244	1.263.799
Valor contábil da carteira	1.275	4.674	1.104.749	223.370	1.244	1.263.799

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Títulos de renda fixa	–	56.378	123.551
Títulos de renda variável	–	54.954	38.123
Aplicações em fundos de investimento	–	327	1.066
Total	–	111.659	162.317

c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários
 Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Instrumentos financeiros derivativos - IFD
 A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.
 Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revisados periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.
 A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.
 A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos
 Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.
 Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.
 A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária.
 Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na B3 não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.
 Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.
 O risco de liquidez é definido pela:
 • Possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
 • Possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
 Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Companhia.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de referência	Valor de custo
1 - Contratos de futuros	11.290.922	–	–	15.751.433
Compromissos de venda	11.290.922	–	–	15.751.433
DI	–	–	–	–
2 - Contratos de opções (1)	–	–	–	138.269
De compra - Posição Comprada	–	–	–	105.702
Ações	–	–	–	129.844
3 - Contratos de swaps (1)	917.780	2.050	3.261	–
Posição ativa	917.780	2.050	3.261	–
Pré-fixado	338.823	1.385	2.646	–
DI	578.957	665	615	–
Posição passiva	3.909.236	(35.877)	(82.897)	–
Pré-fixado	3.711.682	(29.655)	(64.430)	–
DI	197.654	(6.222)	(18.467)	–
Total Ativo (1 + 2 + 3)	917.780	2.050	3.261	138.269
Total Passivo (1 + 2 + 3)	15.200.258	(35.877)	(82.897)	15.751.433

(1) O valor de mercado das operações de opções e *swaps* contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2018	31.12.2017
Vencimento em Dias	–	2.208.709	2.232.057	6.850.156	11.290.922	15.751.433
Contratos futuros	–	–	–	–	–	–
Contratos de opções	–	–	–	–	–	–
Contratos de <i>swaps</i>	950.948	454.091	1.134.881	2.287.196	4.827.116	138.269
Total	950.948	2.662.800	3.366.938	9.137.352	16.118.038	15.889.702

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2018)

	Futuros	Swap
Bolsa de valores	11.290.922	–
Balcão	–	4.827.116
Instituição financeira	–	4.827.116

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2018	31.12.2017
Notas do Tesouro Nacional	–	312.016
Letras do Tesouro Nacional	262.618	–
Letras Financeiras do Tesouro	–	901
Total	262.618	312.917

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge
 As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. Para as operações de crédito, a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada na métrica de cálculo de efetividade.
Hedge de risco de mercado
 A Companhia, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado.

Hedge de risco de mercado
Instrumentos de hedge

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo	–	129.844
Opções	–	129.844
Passivo	11.290.922	15.751.433
Futuros	11.290.922	15.751.433
Ítems objeto de hedge	–	–
Ativo	11.573.612	16.248.818
Títulos e valores mobiliários	–	70.329
Operações de crédito	11.573.612	16.178.489

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(43.647)	(154.083)	(84.024)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	44.039	155.548	

BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	2018	2018	2018	2018	2017	2017
Movimentação dos créditos renegociados						
Saldo inicial	3.139.208	3.139.208	3.828.581	3.828.581	3.828.581	3.828.581
Contratações	767.180	1.588.878	1.946.259	1.946.259	2.081.257	2.081.257
(Recbimento) e apropriação de juros	(900.458)	(1.810.937)	(2.081.257)	(2.081.257)	(2.081.257)	(2.081.257)
Baixa para prejuízo	(148.668)	(301.709)	(312.553)	(312.553)	(312.553)	(312.553)
Saldo final	2.857.262	2.857.262	3.381.030	3.381.030	3.381.030	3.381.030

	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	2018	2018	2018	2018	2017	2017
Informações complementares						
Créditos contratados a liberar						
Créditos contratados a liberar	2.229.470	2.229.470	2.034.225	2.034.225	2.034.225	2.034.225
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	220.853	448.713	464.413	464.413	464.413	464.413
⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.						

	31.12.2018		31.12.2017	
	2018	2018	2017	2017
OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS				
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 17e)				
Devedores diversos - No País	3.115.636	3.764.477	3.764.477	3.764.477
Devedores por depósitos em garantia (Nota 20g)	72.578	119.959	119.959	119.959
Devedores por depósitos em garantia - Outros	493.105	497.423	497.423	497.423
Impostos e contribuições a compensar	259.135	121.646	121.646	121.646
Operações com cartão de crédito (Nota 6a)	1.453.910	1.163.889	1.163.889	1.163.889
Títulos e créditos a receber (Nota 6a)	3.585	2.033	2.033	2.033
Valores a receber de sociedades ligadas	234	1.047	1.047	1.047
Outras	6.797	6.161	6.161	6.161
Total	5.404.987	5.676.642	5.676.642	5.676.642
Ativo circulante	2.828.566	2.539.433	2.539.433	2.539.433
Ativo não circulante	2.576.421	3.137.209	3.137.209	3.137.209

	31.12.2018		31.12.2017	
	2018	2018	2017	2017
OUTROS VALORES E BENS				
Bens não de uso próprio e materiais em estoque				
Imóveis	83.268	89.179	89.179	89.179
Veículos e afins	82.393	88.663	88.663	88.663
Outros	-	282	282	282
(Provisão para desvalorização)	(15.670)	(19.839)	(19.839)	(19.839)
Despesas antecipadas	17.311	78.526	78.526	78.526
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	12.365	72.287	72.287	72.287
Despesas de seguros	2.759	3.168	3.168	3.168
Despesas de processamento de dados	379	1.032	1.032	1.032
Despesas de serviços do sistema financeiro	131	73	73	73
Despesas de serviços técnicos especializados	340	742	742	742
Outras	1.337	1.224	1.224	1.224
Total	84.909	147.866	147.866	147.866
Ativo circulante	84.909	85.539	85.539	85.539
Ativo não circulante	-	62.327	62.327	62.327
⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito concedidos incorridos na sua origem.				

As comissões sobre operações de crédito originadas a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, tiveram remuneração dos correspondentes parcialmente reconhecidas no ativo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 11.016 (R\$ 62.166 em 31 de dezembro de 2017).

	31.12.2018		31.12.2017	
	2018	2018	2017	2017
INVESTIMENTOS				
Investimentos por incentivos fiscais	54.274	51.663	51.663	51.663
(Imparidade acumulada)	(34.190)	(10.332)	(10.332)	(10.332)
Total	20.084	41.331	41.331	41.331

	31.12.2017		Exercício/2018		31.12.2018	
	2017	2017	2018	2018	2018	2018
IMOBILIZADO DE USO						
Saldo contábil						
Instalações	24.333	7.094	(6.419)	53.327	(28.319)	25.008
Móveis e equipamentos de uso	3.741	4.351	(2.095)	15.411	(9.415)	5.927
Sistema de comunicação	37	-	(9)	3.307	(3.279)	-28
Sistema de processamento de dados	6.959	150	(3.455)	50.109	(46.455)	3.654
Sistema de segurança	35	3	(7)	62	(31)	31
Sistema de transporte	-	1	-	279	(278)	1
Total	35.105	11.599	(11.985)	122.496	(87.777)	34.719

	31.12.2017		Exercício/2018		31.12.2018	
	2017	2017	2018	2018	2018	2018
INTANGÍVEL						
Movimentação e Composição						
Saldo contábil						
Licenças de uso	9.692	490	(5.510)	54.699	(50.027)	4.672
Acordos por direitos de comercialização	-	6.774	(6.024)	11.774	(11.024)	750
Softwares adquiridos	1.347	-	(587)	2.774	(2.014)	760
Softwares desenvolvidos internamente	1.608	44.657	(7.718)	47.582	(8.849)	38.547
Marcas e patentes	-	-	-	1.000	-	(1.000)
Total	12.647	51.921	(19.839)	117.829	(71.914)	44.729
Estimativa de amortização em 31 de dezembro de 2018						
2019	19.883	14.695	10.151	44.729		

	2019		2020		2021		Total	
	2019	2020	2021	2021	2021	2021	2021	2021
DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO								
Depósitos								
Depósitos Interfinanceiros	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018
Total	31.660.887	24.682.565	31.660.887	24.682.565	31.660.887	24.682.565	31.660.887	24.682.565
Passivo circulante	15.725.931	15.096.034	15.725.931	15.096.034	15.725.931	15.096.034	15.725.931	15.096.034
Passivo não circulante	15.924.956	9.586.531	15.924.956	9.586.531	15.924.956	9.586.531	15.924.956	9.586.531

	31.12.2018		31.12.2017	
	2018	2018	2017	2017
Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade				
Até 3 meses				
Depósitos interfinanceiros	10.152.696	5.583.235	15.786.554	138.402
Total	10.152.696	5.583.235	15.786.554	138.402
3 a 12 meses				
Depósitos interfinanceiros	10.152.696	5.583.235	15.786.554	138.402
Total	10.152.696	5.583.235	15.786.554	138.402
1 a 3 anos				
Depósitos interfinanceiros	10.152.696	5.583.235	15.786.554	138.402
Total	10.152.696	5.583.235	15.786.554	138.402
3 a 5 anos				
Depósitos interfinanceiros	10.152.696	5.583.235	15.786.554	138.402
Total	10.152.696	5.583.235	15.786.554	138.402
Carteira Própria				
Letras do Tesouro Nacional	-	855.132	-	278.038
Notas do Tesouro Nacional	-	577.094	-	577.094
Total	-	1.432.226	-	855.132
Passivo circulante	-	855.132	-	855.132

	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	2018	2018	2018	2018	2017	2017
Despesas com operações de captação no mercado						
Despesas de captações com depósitos						
Depósitos interfinanceiros	(1.100.289)	(2.110.964)	(2.391.745)	(2.391.745)	(2.391.745)	(2.391.745)
Despesas de captações no mercado aberto						
Carteira própria	-	(3.248)	(111.791)	(111.791)	(111.791)	(111.791)
Total	(1.100.289)	(2.114.212)	(2.503.536)	(2.503.536)	(2.503.536)	(2.503.536)

	31.12.2018		31.12.2017	
	2018	2018	2017	2017
OUTRAS OBRIGAÇÕES				
Fiscais e previdenciárias				
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	45.727	139.960	139.960	139.960
Passivo fiscal diferido (Nota 17d)	135.976	181.675	181.675	181.675
Impostos e contribuições a recolher	50.687	47.240	47.240	47.240
Total	232.390	368.875	368.875	368.875
Passivo circulante	230.327	367.306	367.306	367.306
Passivo não circulante	2.063	1.569	1.569	1.569

	31.12.2018		31.12.2017	
	2018	2018	2017	2017
Diversas				
Obrigações de operações vinculadas a cessões (Nota 6h.1) ⁽¹⁾	5.913.555	9.445.296	9.445.296	9.445.296
Obrigações por aquisição de bens e direitos	337	7	7	7
Provisão para pagamentos a efetuar	255.931	175.035	175.035	175.035
Provisões para demandas cíveis (Nota 20e1)	277.137	294.254	294.254	294.254
Provisões para demandas fiscais (Nota 20e1) ⁽²⁾	37.685	33.348	33.348	33.348
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 20e1)	742.606	808.466	808.466	808.466
Provisão para perdas - Outros riscos	8.797	13.548	13.548	13.548
Credores diversos - No País	140.866	105.514	105.514	105.514
Operações com cartão de crédito	94.132	75.514	75.514	75.514
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾	41.181	1.017.835	1.017.835	1.017.835
Provisão para reestruturações	7.035	19.002	19.002	19.002
Total	7.519.262	11.989.244	11.989.244	11.989.244
Passivo circulante	4.739.225	7.423.476	7.423.476	7.423.476
Passivo não circulante	2.780.037	4.565.768	4.565.768	4.565.768
⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios.				
⁽²⁾ Inclui obrigações legais (nota 20h).				
⁽³⁾ Inclui valores a pagar referentes à redução de Capital da Companhia.				

	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	2018	2018	2018	2018	2017	2017
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS						
Recargas de prestação de serviços						
Transações de cartão de crédito	55.559	104.835	86.285	86.285	86.285	86.285
Comissão de corretagem de seguros	14.311	26.218	24.121	24.121	24.121	24.121
Outros serviços	1.344	2.937	2.373	2.373	2.373	2.373
Total	71.214	133.990	112.779	112.779	112.779	112.779

	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	2018	2018	2018	2018	2017	2017
Rendas de tarifas bancárias</						



BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais ⁽¹⁾	656.655	381.281
Demandas cíveis ⁽²⁾	112.091	84.895
Demandas trabalhistas ⁽³⁾	231.411	343.284
Total	1.000.157	809.460

⁽¹⁾ Referem-se basicamente:

Descrição das causas possíveis - Fiscais

	31.12.2018	31.12.2017
INSS sobre PLR	318.429	81.967
IRPJ - FINOR	34.760	33.688
ISS	9.762	7.431
IPVA (terceiros)	41.969	23.629
Multa não homologação PER/DCOMP	88.095	84.193
Perdas com renegociações: ineditabilidade	111.216	108.648
Outras causas	52.424	41.725
Total	656.655	381.281

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽³⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Em Outubro de 2017 foram aprimorados os critérios de mensuração de riscos, de forma que o modelo de avaliação massificado foi incorporado ao modelo que inclui inputs de riscos com maior granularidade, bem como os efeitos da realização de acordos judiciais.

g) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais	35.359	26.797
Demandas cíveis	173.118	177.686
Demandas trabalhistas	284.628	292.940
Total	493.105	497.423

h) Obrigações legais

A Companhia mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 7.063 (R\$ 4.799 em 31 de dezembro de 2017).

As principais ações referem-se a: i) Ação Declaratória visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho - SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção - FAP, a partir de janeiro de 2010, cujo montante provisionado é de R\$ 2.530 (R\$ 2.443 em 31 de dezembro de 2017); e ii) Liminar em Mandado de Segurança visando a dedução com a despesa de ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no importe de R\$ 3.789, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.356 em 31 de dezembro de 2017).

A outra ação refere-se ao PIS LC 07/70.

i) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhado às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

b) Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descon-tinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha ao estabelecido pelas Resoluções nº 3.988 e nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do Capital , aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de Capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do Capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital ;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório ao regulador relativos à gestão de Capital , por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do Capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de Capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e da apuração dos requerimentos mínimos do PR, Nível I, Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal, respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de Capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I. nova metodologia de apuração do Capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II. nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal. A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;

(ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;

(iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;

(iv) participação de não controladores;

(v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do Capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);

(vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;

(vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;

(viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013. Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,74% (15,53% em 31 de dezembro de 2017).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/ri.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da Companhia líder Banco Votorantim S.A. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2018.

b) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2018

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro Garantia - Fiança para processos judiciais	685.411	6.091
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	50.000	33

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos e JCP	Patrimônio Líquido		Total
		Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 30.06.2018	-	500.403	96.626	597.029
Recursos provenientes da destinação de resultado	548.218	-	64.834	613.052
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(548.218)	-	-	(548.218)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	64.834	64.834
Variações sem efeito de caixa	6.500	-	-	6.500
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	6.500	-	-	6.500
Saldo em 31.12.2018	6.500	500.403	161.460	668.363

	Passivos e JCP	Patrimônio Líquido		Total
		Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2017	522.481	500.403	81.001	1.103.885
Recursos provenientes da destinação de resultado	548.218	-	80.459	628.677
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.070.699)	-	-	(1.070.699)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(522.481)	-	80.459	(442.022)
Variações sem efeito de caixa	6.500	-	-	6.500
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	6.500	-	-	6.500
Saldo em 31.12.2018	6.500	500.403	161.460	668.363

	Passivos e JCP	Patrimônio Líquido		Total
		Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2016	24.964	1.400.546	246.811	1.672.321
Redução de Capital	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	27.498	27.498
Dividendos pagos	-	-	(118.415)	(118.415)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	-	(1.000.000)	(90.917)	(1.090.917)
Variações sem efeito de caixa	497.517	99.857	(74.893)	522.481
Dividendos a distribuir	522.481	-	-	522.481
Dividendos revertidos	(24.964)	-	-	(24.964)
Aumento de Capital	-	99.857	-	(99.857)
Saldo em 31.12.2017	522.481	500.403	81.001	1.103.885

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador - CRC 1SP245785/O-2

Aos Administradores e aos Acionistas da

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Demonstrações do Valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.